



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

SEPN 505, Bloco B, Edifício Marie Prendi Cruz, 1º andar, Sala 108, Asa Norte, Brasília/DF, CEP: 70.730-542

Fones: (61) 2028-2076/2667

E-mail: sec.executiva@cnrh.gov.br

Ofício nº 01/2016/CNRH/SRHU/MMA

Brasília, 07 de janeiro de 2016.

A Sua Excelência

IZABELLA MARINHO BRANDT

Procuradora da República

Procuradoria da República no Município de Resende-RJ

Rua Prof. José Fernando Tostes Vilela Leandro, nº 34 – Vila Julieta

CEP: 27520-222- Resende/RJ

Assunto: Resposta ao Ofício PRM/RES/GAB-1/MB/892/2015

Ref.: Inquérito Civil Público nº 1.30.008.000177/2015-36

Senhora Procuradora,

1. Faço referência ao Ofício PRM/RES/GAB-1/MB/892/2015, que solicita manifestação do CNRH quanto ao teor da Nota Técnica nº 30/2014/SAG-ANA, de 25 de julho de 2014, elaborada pela Agência Nacional de Águas - ANA.
2. A Nota Técnica aponta a necessidade de revisão dos mecanismos e valores da cobrança pelo uso dos recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul, objetos de transposição para a bacia hidrográfica do rio Guandu, bem como manifestação quanto à promoção de atualização dos preços cobrados pelo uso dos recursos hídricos das referidas bacias, conforme Lei Ordinária Federal nº 9.433/1977 e Lei Ordinária Estadual nº 4.247/2003. A Nota resgatou o histórico da cobrança pelo uso dos recursos hídricos advindos desta transposição e propôs alternativas que visem atender à solicitação da Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - AGEVAP e subsidiar tecnicamente as discussões sobre o tema no âmbito do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP e do Comitê das bacias hidrográficas dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim - CBH Guandu.
3. Além disso, fazendo referência à Nota Técnica nº 018/2012/SAG - ANA, a NT em apreço considerou que a cobrança pelos usos de recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Guandu não estaria refletindo a escassez de recursos hídricos na respectiva bacia, não atendendo assim, aos objetivos fixados na Lei 9.433/97. Segundo a NT, o preço cobrado se encontra defasado, necessitando

de recomposição, visto que o mesmo foi fixado pela Lei RJ nº 4.247/2003 e não foi reajustado desde então.

4. A Secretaria Executiva do CNRH considera coerente a análise e conclusões da Nota Técnica que, inclusive, aponta que o CEIVAP se encontra inadimplente com o CNRH, tendo em vista a Resolução CNRH nº 64/06, que aprovou os valores de cobrança, nos termos da Deliberação CEIVAP nº 65/06.

5. Não obstante, posteriormente ao Ofício PRM/RES/GAB-1/MB/892/2015, a Secretaria Executiva do CNRH recebeu a Carta nº 069/2015/SEC-CEIVAP, de 09 de dezembro de 2015, em anexo, referente aos mecanismos de cobrança das águas transpostas da bacia do rio Paraíba do Sul para o rio Guandu. A carta informa que “[...] *foi reativada a Comissão Especial Permanente de Articulação CEIVAP – Comitê Guandu para tratar das negociações acerca dos mecanismos e valores de cobrança das águas transpostas da bacia do Paraíba do Sul para a bacia do rio Guandu, por meio da Deliberação CEIVAP nº 201/2012*”. Além disso, segundo o documento, “*O operador da transposição das águas da bacia do Paraíba do Sul para o rio Guandu, Light Energia, cujo prazo para solicitação da outorga correspondia ao prazo da concessão para geração de energia em 2026, terá que entrar com o pedido de outorga até o final de 2016. Neste novo contexto, entende-se ser viável a prorrogação do critério atual até o final de 2017, prazo que entendemos que a outorga solicitada pelo titular da concessão que opera a transposição para fins de geração de energia elétrica já deverá estar emitida. Pelo exposto, solicitamos a prorrogação do prazo previsto na Resolução CNRH 162/2014 pelo prazo de 2 (dois) anos*”.

6. Diante dos novos fatos expressos na Carta proveniente do CEIVAP, a solicitação de prorrogação do prazo será apreciada pela Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB do CNRH, em sua próxima reunião, prevista para os dias 23 e 24 de fevereiro deste ano. A análise e conclusão da CTCOB subsidiará a discussão e tomada de decisão pelo plenário do CNRH.

7. Esperamos ter atendido à vossa demanda e nos colocamos à disposição.

Atenciosamente,

CASSANDRA MARONI NUNES
Secretária Executiva do CNRH